

## REFORMADORES EMPRESARIAIS NO CONTEXTO DA INFLUÊNCIA DA BNCC DO ENSINO MÉDIO

FELIPE TRENTIN DEMIRANDA<sup>1</sup>; MAGDA DE ABREU VICENTE<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – felipetrentindemiranda@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal do Rio Grande – magdabreu@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

A tramitação da BNCC do Ensino Médio envolveu intensos debates a respeito da forma e das finalidades da Educação, os quais, inclusive, consolidaram a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/17). Assim, o presente texto busca analisar as influências que ocorreram na construção da BNCC do ensino médio. Tal análise se justifica ao situar a política pública no seio da reconfiguração do Estado neoliberal e da Educação brasileira, identificando sua interferência na escola, principalmente na gestão escolar. Nesse sentido, o presente resumo utiliza o Ciclo de Políticas (MAINARDES, 2006) como teoria analítica para pensar o documento da BNCC fazendo uso de revisões bibliográficas. Assim, evidencia que essa política foi influenciada pelos reformadores empresariais da educação (FREITAS, 2018) – “organizações da sociedade civil”, voltadas à reforma e patrocinadas por empresas privadas.

### 2. METODOLOGIA

A metodologia empregada consiste em associar revisão bibliográfica acerca de material acadêmico relativo à BNCC – bem como o texto final da mesma (BRASIL, 2017) – ao referencial analítico da Abordagem do Ciclo de Políticas, com foco especial no Contexto da Influência sobre a BNCC, baseando-se na interpretação dada à abordagem por Mainardes (2006). Nesse sentido, trata-se de visualizar o processo de feitura/execução de políticas públicas enquanto um ciclo dinâmico, em que diferentes contextos se inter-relacionam mutuamente no sentido de orientar a política; portanto, ao se analisar o Contexto de Influência da BNCC, com foco no Ensino Médio, procura-se evidenciar a intervenção de fundações empresariais enquanto grupo de pressão a disputar legitimidade na discussão do documento.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apropriando-se de um escopo de metodologias que se pode considerar como parte de uma “reforma empresarial da educação” (FREITAS, 2018), a BNCC confere centralidade à organização curricular com base em competências, gerais ou específicas para cada área do conhecimento, as quais tem como meta solucionar questões cotidianas, trabalhistas e de cidadania (BRASIL, 2017, p. 13); por sua vez, as competências devem balizar a formação de currículos em todos os Sistemas de Ensino, o que conduz a uma padronização de objetivos e temáticas nas escolas, a qual se estende por consequência às experiências dos sujeitos que atuam nesses espaços (SILVA, 2018, p. 9-12).

Na tramitação do documento, foi fundamental a influência de reformadores empresariais da educação, organizados sobretudo no Movimento Nacional pela

Base Comum<sup>1</sup> (MNBC), como grupo de pressão favorável ao modelo prescritivo que o texto final adquiriu. Nesse sentido, esses reformadores aparecem no Contexto da Influência (MAINARDES, 2006) como grupos de interesse que buscam legitimar um discurso sobre as finalidades sociais da educação, a qual se opera pela penetração crescente desses reformadores privados em ações do Estado, a qual Hypolito (2008, p. 68-69) nomeia como um “novo gerencialismo”, que na BNCC destina-se a incorporar princípios de gestão privada na escola pública.

Nesse sentido, a atuação do MBNC mostrou-se capaz de articular diferentes sujeitos coletivos, agindo enquanto rede passível de influenciar a discussão sobre a BNCC em diferentes níveis. A composição difusa do movimento para além do empresariado em si angariou apoio de intelectuais, institutos e pessoal inserido ou com passagens na administração da educação pública brasileira (CAETANO, 2020). Mais ainda: o trânsito desses sujeitos entre espaços de ação públicos e particulares testemunha laços robustos entre público e privado que potencializaram a influência do MBNC, à medida que amplificaram a penetração de seus membros nos aparatos do Estado.

Exemplos dessa forma de atuação que parte do âmbito privado em direção ao público podem ser apurados pelos próprios registros que o MBNC faz constar em seu site oficial. Em junho de 2016, o MBNC anunciava sua participação em encontro de formação preparatório para coordenadores e auxiliares de pesquisa onde “a metodologia para a condução dos seminários nos estados foi explicitada [...] por um comitê que reúne integrantes do Consed, da Undime, do Movimento pela Base e do MEC” (MOVIMENTO PELA BASE, 2016). Verifica-se, pois, que a fundação pôde lograr suficiente legitimidade e penetração para fazer-se ouvir lado a lado com instituições públicas diretamente envolvidas na gestão dos seminários que debateram a Base, de modo a poder, igualmente, imprimir seus paradigmas sobre educação junto às entidades públicas responsáveis pela condução do processo.

Outrossim, verifica-se o estreitamento destes laços público-privados ao longo do processo em separado da etapa do Ensino Médio, através da produção de relatórios e publicações destinados a atuar junto ao Conselho Nacional de Educação ao longo da tramitação da BNCC do Ensino Médio (MOVIMENTO PELA BASE, 2018). Dessa forma, tornou-se possível ao MBNC imprimir suas concepções de e para a educação, atuando no sentido de embasá-las junto a especialistas alinhados às suas propostas de reforma, de modo a construir uma legitimidade para o modelo adotado pela BNCC do Ensino Médio.

Por meio deste, a proposta empresarial para a BNCC pôde dotar de valor prescritivo aos currículos a noção de competências, visando a uma normatização que permita monitorar a qualidade educacional por meio de avaliações em larga escala (CORRÊA, MORGADO, 2020, p. 24).

Adicionalmente, a BNCC do Ensino Médio não pode ser dissociada das determinações da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017). O ponto nevrálgico reside na acomodação que a BNCC dá aos cinco “itinerários formativos” inseridos pela Reforma (BRASIL, 2017, p. 468), sistema que deixa à margem amplo leque de conhecimentos e enfraquece o conceito de “educação básica” enquanto matriz oferecida a todos os alunos (SILVA, 2018, p. 3-5). Ao mesmo tempo, ao priorizar

---

<sup>1</sup> Em seu site, autodefine-se como “grupo não governamental e apartidário de pessoas, organizações e entidades que desde 2013 se dedica à causa da construção e implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio”. Entre seu “apoio institucional”, constam entidades como Fundação Lemman, Fundação Roberto Marinho, Instituto Unibanco e Itaú. Seu site pode ser consultado em <https://movimentopelabase.org.br>.

competências e habilidades “básicas” – com foco em português, matemática e empreendedorismo – a BNCC direciona a educação para uma linha direta ao mercado de trabalho e leva à segregação, inferiorização e exclusão das classes sociais mais baixas (FREITAS, 2018).

#### 4. CONCLUSÕES

Diante da análise do Contexto da Influência conclui-se que as discussões sobre a BNCC como um todo, e sua ramificação no Ensino Médio em particular, mantiveram estreita ligação com os chamados “reformadores empresariais da educação”, os quais, enquanto rede organizada, deram forma a discurso próprio acerca da educação que acabou por se consolidar como hegemônico na elaboração da política pública. Como se viu, a influência do setor privado mostrou-se decisiva na legitimação de uma base calcada em competências prescritivas, as quais, ao permitirem uma uniformização dos conteúdos do Ensino Médio e controle gerencial via avaliações de larga escala, reforçam o ensino padronizado voltado a encaixar o jovem para as demandas de mercado, visível na simbiose entre a BNCC e a Reforma do Ensino Médio.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

CAETANO, Maria Raquel. Agora o Brasil tem uma Base! A BNCC e as influências do setor empresarial. Que Base? **Educação em Revista**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 65-82, 3 jul. 2020. Faculdade de Filosofia e Ciências. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/9993>. Acesso em: 6 mar. 2021.

CORRÊA, Adriana; MORGADO, José Carlos. Os contextos de influência política e de produção de texto no currículo nacional brasileiro. **Textura - Ulbra**, [S.L.], v. 22, n. 50, p. 19-35, 31 mar. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5622>. Acesso em: 12 mar. 2021.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 63-78, jan/abril 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19239>. Acesso em: 7 mar. 2021.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan/abril 2006. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

MOVIMENTO PELA BASE. **Contribuições do Movimento Pela Base sobre a parte do Ensino Médio da BNCC**. 2018. Disponível em:

<https://movimentopelabase.org.br/acontece/contribuicoes-do-movimento-pela-base-sobre-parte-do-ensino-medio-da-bncc/>. Acesso em: 25 jul. 2021

MOVIMENTO PELA BASE. **Formação para seminários estaduais reuniu 200 pessoas na UnB.** 2016. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/acontece/seminarios-estaduais-bncc-brasilia/>. Acesso em: 24 jul. 2021.

SILVA, Monica Ribeiro da. A BNCC da Reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-15, 22 out. 2018. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/pt/node/2214>. Acesso em: 9 mar. 2021.